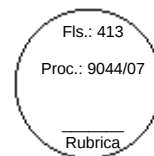




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Processo: nº 9.044/2007 (c).

Apenso: nº 052-001.767/2009 - PCDF.

Origem: Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF.

Assunto: Representação.

Ementa: . Representação formulada pelo Ministério Público de Contas acerca da regularidade dos pagamentos efetuados, a título do abono de permanência previsto na Emenda Constitucional nº 41/2003, aos servidores integrantes da Carreira Polícia Civil do Distrito Federal, que cumpriram os requisitos para aposentadoria especial com fundamento na Lei Complementar nº 51/1985.

. Suspensão dos pagamentos na forma determinada pela Decisão nº 2.257/2008 (fls. 212/213).

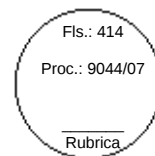
. Recurso de Revisão interposto pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - SINDEPO/DF – em face da Decisão nº 2.257/2008 (fls. 239/259).

. Conhecimento (Decisão nº 7.434/2009 - fl. 352).

. 4ª Inspeção de Controle Externo manifesta-se pelo improvimento do recurso e manutenção do disposto na Decisão nº 2.257/2008 (fls. 371/386).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (fls. 405/411).

. O Tribunal de Contas da União firmou o entendimento de que os servidores sujeitos à aposentadoria especial da Lei Complementar nº 51/1985, que preenchem os requisitos ali previstos para aposentar-se voluntariamente, mas optam por permanecer na ativa, fazem jus ao abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, até completar as exigências para a aposentadoria compulsória contida naquela Lei Complementar (Acórdão nº 1.343/2010). O Poder Judiciário federal manifesta idêntico posicionamento.

. Reforma da Decisão nº 2.257/2008. Provimento do recurso. Ciência ao recorrente.

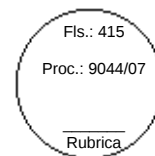
RELATÓRIO

Cuidam os autos, na presente fase processual, da análise de mérito do Recurso de Revisão (fls. 239/259, acompanhado dos documentos de fls. 260/341) interposto pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - SINDEPO/DF – contra a Decisão nº 2.257/2008 (fls. 212/213), conhecido nos termos da Decisão nº 7.434/2009 (fl. 352).

Da instrução levada a efeito pela 4ª Inspeção de Controle Externo, tenho por necessário reproduzir o que segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



"2. Registre-se que, na oportunidade, foi apensado ao presente feito o Processo nº 52-001767/2009-PCDF, versando sobre matéria conexa ao recurso ora examinado, qual seja, a possibilidade do restabelecimento do pagamento do abono de permanência aos servidores daquele órgão que cumpriram os requisitos para aposentadoria especial com fundamento na Lei Complementar nº 51/85, após o início de vigência da EC nº 41/03, tendo em conta a suspensão cautelar determinada pelo Tribunal, conforme Decisão nº 2277/07 (fl. 29).

DO RECURSO DE REVISÃO

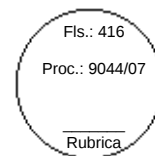
3. O recorrente, inicialmente, informa que a LC nº 51/85 foi recepcionada pela Constituição Federal e emendas posteriores, conforme decisão do e. STF, ressaltando não ser "exigível dos delegados da polícia civil do Distrito Federal, nos termos do aludido artigo 40, § 4º, da CF, a submissão aos critérios gerais previstos no mesmo artigo 40, § 1º e seus incisos".

4. Assinala que, com o advento da EC nº 41/03, houve alteração do § 19 do artigo 40 da CRFB, "abrindo-se a possibilidade de conferir aos servidores policiais o abono de permanência introduzido no sistema brasileiro". Observa, contudo, "que diversas correntes doutrinárias se levantaram para argumentar que o abono de permanência somente era devido aos servidores regidos pelas regras gerais", tese "infelizmente" encampada pelo TCU e pelo TCDF, conforme afirma.

5. Destaca, porém, que tal entendimento encontra-se ultrapassado, em face da edição da Nota AGU/JD 02/2008, da lavra do Consultor da União João Francisco Aguiar Drumond, acolhida integralmente pelo Consultor-Geral da União e aprovada pelo Advogado-Geral da União, que reconheceu "o direito dos policiais em perceberem o abono de permanência".



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



estabelecido no parágrafo 19, do artigo 40, da Constituição Federal”.

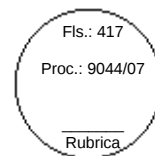
6. Em seguida, traz à colação trecho do acórdão proferido pelo e. STF no julgamento da ADIn nº 3817, por intermédio do qual o Excelso Pretório decidiu pela recepção da LC nº 51/85 em face da CRFB. Com esteio naquela deliberação, afirma que os institutos da aposentadoria especial e da concessão do abono de permanência “são harmônicos entre si, tanto sob o aspecto constitucional como moral”, sendo o último mais vantajoso aos cofres públicos, pois “o delegado de polícia que se aposenta “cede” seu cargo para outro, devendo o Estado arcar com dois pagamentos”.

7. Ato contínuo, transcreve excertos da Nota AGU/JD 02/2008, ressaltando que o aprovado pela AGU em relação à concessão do abono de permanência aplica-se a “todos policiais brasileiros, e não apenas os integrantes das carreiras policiais federais”.

8. Ao final, requer o conhecimento do recurso em face de fato novo, consubstanciado na indigitada Nota AGU/JD 02/2008, e respectivo provimento com vistas a garantir “o pagamento do abono de permanência a todos os representados deste SINDEPO que tenham cumprido os requisitos para obter aposentadoria especial instituída pela Lei Complementar 51/85 e que continuam em efetivo serviço, haja vista que a União Federal, responsável pelo pagamento dos subsídios dos delegados de polícia do Distrito Federal, por sua Advocacia-Geral da União, autorizou as Direções da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal a instituírem o abono de permanência aos servidores que, ao preencherem as condições previstas na Lei Complementar 51/1985, optem por permanecer em atividade”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



DA ANÁLISE DE MÉRITO

9. A questão relativa à concessão do abono de permanência aos servidores da PCDF com fundamento na LC nº 51/85, após o advento da EC nº 41/03, foi exaustivamente debatida nos presentes autos, autuado em face de representação oferecida pelo ilustre Procurador Inácio Magalhães Filho.

10. Neste feito foi proferida, em sede de cautelar, a Decisão nº 2277/07 e, posteriormente, a ora atacada Decisão nº 2257/08 que, entre outras providências, aclarou ao jurisdicionado quais critérios deveriam ser observados para outorga do indigitado benefício:

"... II - informar à Polícia Civil do Distrito Federal que:

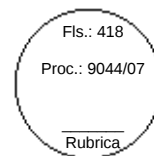
a) os policiais civis do Distrito Federal que tenham cumprido:

a.1) até 30/12/2003, inclusive, os requisitos para a aposentadoria com base no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, fazem jus ao abono de permanência previsto no § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, desde que optem por permanecer em atividade, até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal;

a.2) na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003, as exigências para a aposentadoria especial de que trata o art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, não fazem jus ao abono de permanência a que se referem os § 19 do art. 40 da Constituição Federal, § 5º do art. 2º e § 1º do art. 3º daquela Emenda; ressalvado o direito de opção pela aposentadoria com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal ou no art. 2º da aludida Emenda,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



desde que preenchidos os requisitos exigidos por estes dispositivos;" ...

"III - determinar ao referido órgão jurisdicionado que:

a) torne sem efeito, de imediato, as concessões de abono de permanência efetivadas em desacordo com o disposto no item precedente, procedendo à suspensão do respectivo pagamento; ..."

11. O recurso em análise tem por objetivo, fundamentalmente, a revisão do entendimento cristalizado naquele decisum, considerando os termos da Nota AGU/JD 02/2008 que, segundo o recorrente, viabilizou, no âmbito da União, a concessão do abono de permanência aos policiais federais e policiais rodoviários federais que cumpriram os requisitos para aposentadoria voluntária, previstos na LC nº 51/85.

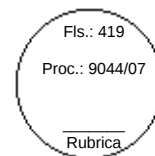
12. Observe-se, ab initio, que a Nota AGU/JD 02/2008 considerou a LC nº 51/85 compatível com as alterações introduzidas pela EC nº 41/03 mesmo antes do idêntico posicionamento firmado pelo c. TCU em incidente de uniformização de jurisprudência, ex-vi do Acórdão nº 379/09, proferido na Sessão Plenária de 11/03/09 (Ata nº 09/09 - Plenário).

13. Não obstante, vale ressaltar que, quando da prolação da citada Decisão nº 2257/08, a compatibilidade da LC nº 51/85 com o texto constitucional já havia sido reconhecida pelo TCDF, consoante Decisões nº 2517/01¹, adotada no Processo

¹ "O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu deliberar que permanece em vigor a Lei Complementar nº 51/85, enquanto não revogada ou modificada por outra lei complementar, consoante estabelece o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, tendo em vista ser compatível com as novas regras estabelecidas para aposentadoria comum, em razão do caráter especial atribuído às aposentadorias dos servidores que exercem atividades em condições de risco à saúde e a integridade física, prevista naquele dispositivo constitucional."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



nº 1720/99, e nº 4852/07², adotada no Processo nº 38667/05.

14. Portanto, ainda que não essencial ao exame do recurso em apreço, o reconhecimento, pela AGU, da recepção da LC nº 51/85 pela atual redação da CRFB em nada modifica o entendimento firmado pelo Tribunal quanto aos critérios para concessão do abono de permanência aos integrantes da PCDF.

15. Demais disso, tanto os argumentos apresentados na peça recursal como aqueles consignados na Nota AGU/JD 02/2008 foram enfrentados pelo órgão técnico, pelo douto MPJTCD e pela ilustre Conselheira-Relatora do voto condutor da Decisão nº 2257/08.

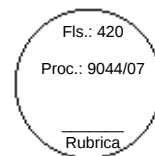
16. Contudo, cumpre assinalar que, por força da informação trazida à colação pelo recorrente de que a União estaria concedendo o abono de permanência aos policiais federais e policiais rodoviários federais com fundamento na indigitada Nota AGU/JD 02/2008, fez-se contato com o Coordenador-Geral de Auditoria de Pessoal e Benefícios e de Tomada de Contas Especial da Controladoria-Geral da União - CGU, Dr. Henrique Cesar Sisterolli Kamchen, que esclareceu o seguinte:

- a) No âmbito do Poder Executivo da União, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG - é o órgão central do*

² “O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA, fls. 125-161, com o qual concorda a Conselheira MARLI VINHADELI, pelos fundamentos expressos em seu voto de vista datado de 14 de agosto último, fls. 194-215, decidiu: I - tomar conhecimento da consulta em apreço; II - esclarecer ao órgão consulente que: .. d) permanece em vigor a Lei Complementar nº 51/1985, enquanto não revogada ou modificada por outra lei complementar, consoante estabelece o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, tendo em vista ser compatível com as novas regras estabelecidas para aposentadoria comum, em razão do caráter especial atribuído às aposentadorias dos servidores que exercem atividades em condições de risco à saúde e a integridade física, prevista naquele dispositivo constitucional;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*sistema de pessoal da Administração
Pública Federal;*

- b) Para fins de concessão do abono de permanência aos policiais federais, a CGU vem seguindo a orientação aprovada em 28/08/05 pelo Secretário de Recursos Humanos do MPOG no Processo nº 04500.001140/2005-38 (fls. 353/357).*

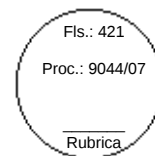
17. Daquela orientação normativa, merecem destaque os seguintes excertos:

"5. Com efeito, não se pode confundir aposentadoria com abono de permanência. A aposentadoria, a partir da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, é um benefício consignado ao servidor segurado do regime próprio de previdência, calculado a partir da média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado e o abono de permanência, previsto no § 19 do art. 40 e no § 5º do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 e no art. 3º da EC nº 41, de 2003, é uma vantagem pecuniária equivalente ao valor da contribuição previdenciária do servidor. O fato de o servidor ter atendido as condições para aposentadoria sob as regras da Lei Complementar nº 51, de 1985, na vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, não lhe assegura o direito à percepção do abono, ainda que amparado por uma regra especialíssima (Lei Complementar nº 51, de 1985).

6. A propósito, são destinatários do abono de permanência aqueles servidores que implementaram ou que vierem a implementar as condições expressas no art. 40 da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Constituição Federal com a redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, do art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, bem assim aqueles servidores amparados pelas regras de aposentadoria então contidas na Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e da Constituição Federal de 1988, cujo direito está consagrado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, desde que permaneçam em exercício.

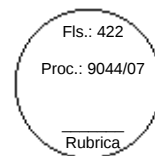
7. *Entretanto, embora a Lei Complementar nº 51, de 1985, não seja passaporte legal para o pagamento do abono de permanência, não significa dizer que o servidor integrante da carreira policial federal que atenda as condições previstas em quaisquer das regras da EC nº 41, de 2003, para concessão de abono de permanência, citadas no item 4 deste Despacho, não faz jus à percepção da vantagem, independentemente do direito assegurado a aposentadoria pela Lei Complementar nº 51, de 1985.*

8. *Além do mais, o argumento de que o § 4º do art. 40 estende o direito ao pagamento do abono aos amparados pela Lei Complementar nº 51, de 1985, não parece razoável, haja vista que o referido dispositivo constitucional trata especificamente de aposentadoria, enfocando tão somente a uniformidade na aplicação das regras de aposentadoria aos submetidos ao regime próprio de previdência (art. 40 e as regras de transição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, entre outras), consagrando a isonomia entre os iguais, o que não é o caso dos policiais que pela própria natureza do cargo tem regra especial, diferente dos demais.*

9. *Assim, ratifica-se o entendimento firmado pela SFC/CGU/DPF, ressaltando que o abono de permanência está vinculado às regras*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



contidas na Emenda Constitucional nº 41, de 2003, quais sejam, na regra geral (§ 19, do art. 40), na regra de transição (§ 5º do art. 2º) e na regra do direito adquirido (art. 3º), inadmissível, portanto, o pagamento fora dos domínios do referido diploma constitucional.”

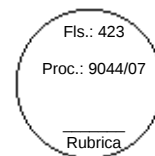
18. Note-se que a argumentação invocada no âmbito federal assemelha-se àquela que deu sustentação à Decisão nº 2257/08, conforme trecho do respectivo voto majoritário:

“30. Indicada como parâmetro para questionar a legalidade do abono de permanência concedido aos policiais civis mencionados, a Emenda Constitucional nº 41/2003, em seu art. 3º, resguardando o “direito adquirido”, assegura “a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente”. No tocante ao referido abono, o § 1º daquele artigo estabelece:

‘O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.’ (o grifo não é do original).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



31. Note-se que o dispositivo acima transcrito não especifica modalidades das aposentadorias voluntárias, se comum ou especial, mas fixa o tempo mínimo de contribuição (25 anos, se mulher, e 30 anos, se homem), o que afasta os servidores com tempo de contribuição inferior, como é o caso da aposentadoria voluntária por idade (65 anos) prevista no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98.

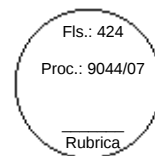
32. Ressalte-se que o limite mínimo de idade somente passou a ser exigido a partir da Emenda Constitucional nº 20/98, mas para as aposentadorias voluntárias previstas nos §§ 1º, inciso III, alínea "a", e 5º do art. 40 da Constituição Federal (regras gerais) e art. 8º daquela Emenda (regra de transição).

33. A Lei Complementar nº 51/85 ou mesmo o § 4º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pelas EC nº 20, 41 ou 47, não estabelecem idade mínima para a aposentadoria voluntária especial, ficando esta condição para ser definida, se for o caso, em lei complementar, conforme se infere da leitura do citado dispositivo constitucional. Enquanto não for editada nova lei complementar, permanece vigente a de nº 51/85 (Decisões nºs 2517/2001 e 4852/2007, citadas).

34. No caso de **professor**, o § 5º do art. 40 da Constituição permite que os requisitos de idade e de tempo de contribuição previstos no § 1º, inciso III, alínea "a", do mesmo artigo **sejam reduzidos em 5 (cinco) anos**, desde que se comprove exclusivo tempo de exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



35. Ante o exposto, entendo que os policiais civis do Distrito Federal que satisfizeram as condições previstas nos arts. 1º da Lei Complementar nº 51/85 e no 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003 fazem jus ao abono de permanência, até que aquela lei seja revogada ou modificada por outra lei complementar.

36. Com referência aos policiais civis que completaram o tempo de serviço, nas condições exigidas pelo art. 1º da referida Lei Complementar, **após** a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003 (31/12/2003), somente fazem jus ao abono de permanência se tiverem completado as exigências para a aposentadoria voluntária estabelecidas no caput do art. 2º da aludida Emenda ou pela regra geral prevista no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, a seguir transcritos:

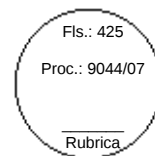
- Emenda Constitucional nº 41/2003:

'Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.

(...)

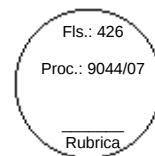
§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no caput, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.'.

- Constituição Federal:

'Art. 40 - Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado **regime de previdência de caráter contributivo e solidário**, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo **serão aposentados**, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

(...)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

(...)

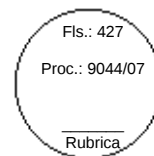
§ 19 O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II..

37. Conforme registra a instrução, a Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, que fixou o subsídio dos cargos das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, quanto ao abono de permanência, dispôs:

Art. 4º O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 1º desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termo da legislação e regulamentação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



específica, das seguintes espécies remuneratórias:

(...)

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.'.

38. Ressalte-se que o dispositivo acima transcrito não vincula, expressamente, a concessão do abono de permanência ao cumprimento das condições para a aposentadoria especial de que trata o art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85.

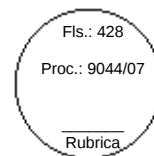
39. Assim, tendo em vista os fundamentos apresentados pela nominada Analista de Finanças e Controle Externo, na minuciosa instrução de fls. 42/62, resta concordar com as suas conclusões, no tocante ao direito dos policiais civis do Distrito Federal ao abono de permanência previsto no § 19 do art. 40 da Constituição Federal e nos §§ 5º do art. 2º e 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003. No caso deste último dispositivo (§ 1º do art. 3º), o servidor faz jus ao abono nele previsto desde que atendidas, até a data da publicação daquela Emenda, as condições previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85."

19. Evidencia-se, portanto, a convergência de entendimento do órgão regulador do Poder Executivo federal em relação à matéria.

20. Ademais, em análise preliminar do Processo nº 52-001767/2009-PCDF, realizou-se consulta, via e-mail (fls. 358/359, com anexos de fls. 360/367), ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



setor de pesquisas da Advocacia-Geral da União, com o seguinte teor:

Enviada em: quarta-feira, 30 de setembro de 2009 - 13:19

Para: cgu.pesquisa

Assunto: Nota nº AGU/JD-2/2008 - Abono de Permanência

Tendo em conta consulta formulada pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF - ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF - acerca da possibilidade do pagamento de abono de permanência aos servidores daquele Órgão que implementaram os requisitos para aposentadoria especial de policial com fundamento na Lei Complementar nº 51/85, mesmo após a EC nº 41/03, solicito as seguintes informações acerca da Nota nº AGU/JD-2/2008, visto que tal documento foi indicado como precedente normativo no âmbito da União:

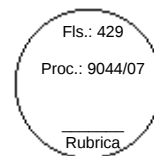
- A referida Nota nº AGU/JD-2/2008 foi expedida em face de consulta à AGU/CGU? Se sim, foi formulada por qual órgão da Administração Federal?

- A referida Nota nº AGU/JD-2/2008 possui caráter normativo e vinculante a todos os órgãos e entidades da Administração Federal? Se sim, quando se deu sua aprovação e respectiva publicação no DOU?

Grato, antecipadamente, pelos esclarecimentos ora requeridos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



José Roberto Alcuri Júnior

Diretor da 3ª Divisão Técnica - 4ª ICE

Tribunal de Contas do Distrito Federal

21. Em atendimento àquela solicitação, foram apresentados os seguintes esclarecimentos pela AGU:

Dr. José Roberto,

Em atenção ao e-mail datado de 30.09.2009, segue, abaixo, resposta ao seu pedido, dada pela Diretora do DEINF/CGU, Dra. Sália Maria Leite Rodrigues Gonçalves.

Atenciosamente,

Denise Costa

DEINF/CGU/AGU

Tel.3105-8697

Cara Denise,

Seguem as respostas às indagações formuladas:

A Nota nº AGU-JD-2/2008 foi expedida em face de consulta à AGU/CGU?

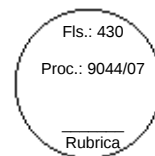
A Nota foi expedida para solucionar conflito de interpretações ao longo do tempo, emitidas pela CGU.

Se sim, foi formulada por qual órgão da Administração Federal?

Considerando que são duas solicitações, a primeira foi formulada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a segunda, pelo Departamento de Polícia Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



A Nota nº AGU-JD-2/2008 possui caráter normativo e vinculante a todos os órgãos e entidades da Administração Federal?

***Não**, pois não houve a adoção, mas apenas a aprovação. Em anexo, a Portaria nº CGU 04/2007, delegando competência ao Exmo. Sr. Consultor-Geral Substituto para aprovação de notas versando sobre tema pessoal. (grifamos)*

Se sim, quando se deu sua aprovação e respectiva publicação no DOU?

Observe-se o contido nos artigos 40 e 41, da Lei Complementar:

Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República.

§ 1º O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

§ 2º O parecer aprovado, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.

Art. 41. Consideram-se, igualmente, pareceres do Advogado-Geral da União, para os efeitos do artigo anterior, aqueles que, emitidos pela Consultoria-Geral da União, sejam por ele aprovados e submetidos ao Presidente da República.

Cordialmente,

SÁVIA MARIA LEITE RODRIGUES GONÇALVES

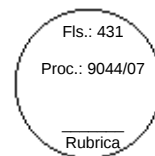
Advogada da União - Matrícula SIAPE nº 1.283.411

Respondendo pelo DEINF/CGU/AGU

savia.goncalves@agu.gov.br - tel. (61) 3105-8941



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*Edifício-sede da AGU, Setor Oeste, Bloco A,
Sala 304-A*

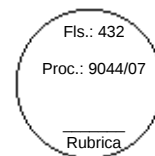
22. Assim, considerando que o Despacho aprovado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Processo nº 04500.001140/2005-38 encontra-se em vigor e que a Nota AGU/JD 02/2008 não possui caráter normativo e vinculante, a concessão unilateral do abono de permanência com fundamento na LC nº 51/85, após a edição da EC nº 41/03, pela Polícia Federal ou pela Polícia Rodoviária Federal, carece, s.m.j., de respaldo legal.

23. Ainda em relação à Nota AGU/JD 02/2008, releva informar que o TCU, no exame do Processo TC 010.598/2006-6 - Classe I - 2ª Câmara, decidiu, nos termos do Acórdão nº 2555/2009, de 19/05/09 (fls. 368/370), "... 9.4. formar apartado a partir do desentranhamento do documento registrado sob o número 0000436845961, juntado às fls. 159/172, do v.1 deste processo, para que a Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) analise a regularidade da alteração de procedimento informada pela Advocacia-Geral da União". Em pesquisa no sítio do TCU na internet não foi possível identificar, até a presente data, nenhum feito autuado com vistas ao exame do referido expediente.

24. Não obstante, ainda que o TCU delibere em conformidade com o posicionamento defendido pela AGU, não há que se modificar a orientação fixada pela Decisão nº 2257/08, posto que "a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal para o exame das contas da Polícia Civil do Distrito Federal - e, por consequência, para exame da legalidade dos respectivos atos que impliquem aumento de despesa - consta definida na Decisão nº 5002/2005 (Processo TC-nº 437/2003), ratificada pela de nº 3693/2007 (Processo TC-nº 424/2006)", conforme item II, alínea "b", daquele decismum.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



25. Com efeito, afastada a alegação de que, no âmbito da União, houve mudança de procedimento em relação à concessão do abono de permanência para os policiais federais e policiais rodoviários federais, ao menos no que compete ao órgão gestor de pessoal, o presente recurso não encerra em si nenhum fato novo ou pressuposto jurídico capaz de alterar os termos da ilustrada deliberação desta e. Corte de Contas.

26. Por derradeiro, releva assinalar que o SINDEPO/DF impetrou o Mandado de Segurança nº 2009.01.1.168005-5 junto ao e. TJDF, com vistas ao restabelecimento do pagamento do abono de permanência aos seus associados. Conforme verificado no sítio daquela c. Corte de justiça, o pedido de antecipação de tutela foi negado por decisão proferida em 30/11/09.

27. Assim, tendo em conta que não há sentença interlocutória ou de mérito naquela ação mandamental, e considerando o princípio da independência das instâncias, que norteou recentes deliberações proferidas pelo e. Plenário (Decisão nº 7171/09, adotada no Processo nº 9040/08, Decisão nº 7451/09, adotada no Processo nº 1889/03 e Decisão nº 2428/08, adotada no Processo nº 16000/07), tem-se por desnecessário o sobrestamento do presente feito em face do que eventualmente poderá ser decidido pelo Poder Judiciário quanto à questão.

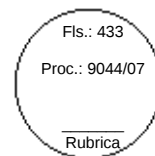
DA CONCLUSÃO

28. Em razão do exposto, sugere-se ao e. Plenário:

- a) **Negar provimento** ao Recurso de Revisão interposto pelo Sindicato dos Delegados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*de Polícia do Distrito Federal -
SINDEPO/DF - contra a Decisão nº 2257/08;*

- b) Informar à Polícia Civil do Distrito Federal, tendo em conta os autos do Processo apenso nº 52-001767/2009-PCDF, que, em relação à concessão do abono de permanência aos seus servidores, permanecem válidas e inalteradas as orientações estabelecidas na Decisão nº 2257/08, complementar à Decisão nº 2277/07;*
- c) Dar ciência da deliberação que vier a ser adotada no presente feito ao recorrente e à PCDF;*
- d) Determinar a devolução do apenso nº 0052-001767/2009-PCDF ao jurisdicionado, bem como o arquivamento dos presentes autos."*

Do parecer lançado pelo Ministério Público de Contas, destaco os seguintes excertos:

"8. Como antes assinalado, o abono de permanência tem duplo objetivo: a) incentivar o servidor que implementou os requisitos para se aposentar a permanecer na ativa, pelo menos até a compulsória; b) promover maior economia ao Estado que, com a permanência do servidor na ativa, consegue postergar no tempo a dupla despesa de pagar proventos a este e remuneração ao que o substituirá.

9. Todavia, para que a previsão normativa correspondente àquele benefício tenha incidência, não basta ater-se à sua definição ou objetivo, mas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



atentar para os requisitos exigidos, ou seja, as condições que são necessárias implementar para que o destinatário da norma - o servidor em condições de aposentação que permanece em atividade - possa usufruí-la.

10. Repise-se, por oportuno, que os ditames constitucionais relacionados aos critérios de outorga do abono de permanência alcançam os servidores antigos em geral, que não exercem quaisquer atividades consideradas especiais. Sendo lacônico o texto constitucional quanto a normatizar a concessão do abono de permanência àqueles detentores de aposentadorias especiais, não se vislumbra fundamento válido para alterar o juízo assentado na Decisão nº 2.257/2008, de que o direito à inativação especial dos policiais civis, fundado na LC nº 51/85, não lhes garante, automaticamente, o direito de perceber o abono de permanência. Para tanto, necessário se faz cumprir os ditames constitucionais específicos para usufruto de tal direito.

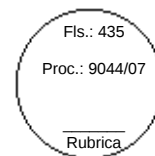
*11. Vai além o Parquet, pois há **outro motivo relevante** que justifica a existência e a instituição do abono de permanência.*

12. Consiste no fato de que, com o advento da EC nº 41/03, o critério para o cálculo dos proventos passou a se dar pela "média aritmética simples" das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado.

13. Assim, para que não houvesse solução de continuidade ou lacunas na vida contributiva do servidor, o que fatalmente prejudicaria o resultado da média aritmética simples, o legislador reformador preferiu substituir a isenção prevista na EC nº 20/98, pelo abono de permanência da EC nº 41/03. Tanto é verdade tal conclusão, que a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



contribuição previdenciária reverte-se exclusivamente para sustentar, solidariamente, todo o regime próprio de previdência estatal, ou seja, esses valores não podem ser alocados em outras despesas que não sejam as previstas para pagamento de benefícios para os filiados, e, por isso, cabe ao Tesouro do Estado pagar o abono.

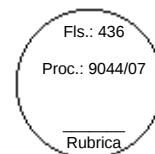
14. Ressalte-se, contudo, que tal justificativa vale apenas para as hipóteses de abono previstas no art. 40, § 19, da CF/88 e art. 2º, § 5º, da EC nº 41/03, por terem como critério de cálculo a média aritmética, não valendo para a hipótese de abono prevista no art. 3º, § 1º, da EC nº 41/03, por ter como critério de cálculo a última remuneração do cargo efetivo em que se daria a aposentadoria, mais conhecida por "integralidade".

*15. Por oportuno, não se deve olvidar que, pela Decisão nº 7.996/2009, em sede de estudos especiais acerca da forma de cálculo inicial e dos futuros reajustes dos proventos dos integrantes da PCDF, aposentados na vigência da EC nº 41/03, com fundamento na LC nº 51/85, firmou-se entendimento, entre outros, de que **a única hipótese** de incidência do cálculo dos proventos pelo critério da média aritmética seria quanto aos policiais civis ingressos no serviço público distrital após 31.12.2003³.*

³ "O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II - manter os critérios interpretativos fixados nas Decisões nºs 4.852/2007 e 8.021/2008, razão pela qual, em relação à aposentadoria especial dos integrantes da Polícia Civil do Distrito Federal, concedidas na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003, com fulcro no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, devem ser observadas as seguintes orientações quanto à fundamentação legal, apuração, cálculo e reajustamento dos proventos: a) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 até 31.12.2003: a.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, combinado com o artigo 40, § 4º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003; a.2) proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor; a.3) reajustamento: paridade; b) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 no interregno de 1º de janeiro a 19 de fevereiro de 2004, cumulado com ingresso no serviço público até 31.12.2003: b.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, combinado com o artigo 40, §§ 4º e 8º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998; b.2) proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor; b.3) reajustamento: paridade; c) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 no período de 20.02.2004 a 20.06.2004, cumulado com ingresso no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



16. A despeito da sobredita hipótese excepcionada, o Parquet reputa válido o entendimento assentado nestes autos, no sentido de que o critério para a concessão do abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição não guarda relação com o direito à aposentadoria especial dos policiais civis conformada com o § 4º daquele mesmo artigo. E considerando que dito critério reporta-se às regras gerais para a aposentadoria voluntária dos servidores públicos, não seria permitido, automaticamente, estender àqueles o referido abono apenas por cumprirem as condições para a inativação impostas pela LC nº 51/85. Cabível a concessão do referido abono somente nos casos subsumidos ao art. 3º, §1º, da EC nº 41/03, que alberga o instituto do direito adquirido.

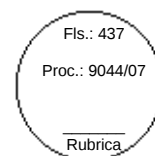
17. Outro aspecto que não pode passar despercebido no presente estudo consiste em que nem todas as situações possíveis de aposentadoria voluntária com proventos integrais encontram-se, ainda hoje, contempladas com o abono de permanência previsto na EC nº 41/03.

18. Implica considerar o caso dos servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998 e que preencherem as exigências

serviço público até 31.12.2003: c.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003; c.2) proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor; c.3) reajustamento: paridade; d) implemento dos requisitos do art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985 a partir de 21.06.2004, cumulado com ingresso no serviço público até 31.12.2003: d.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, combinado com o art. 40, §§ 3º e 4º, da CRFB, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 e com os artigos 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003; d.2) proventos: integrais, calculados com base na última remuneração do servidor; d.3) reajustamento: paridade; **e) ingresso no serviço público após 31.12.2003:** e.1) fundamentação legal: artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, combinado com o artigo 40, §§ 3º, 4º, 8º e 17, da CRFB e com os arts. 1º e 15 da Lei nº 10.887/2004; e.2) proventos: integrais, calculados com base na média aritmética das remunerações de contribuição do servidor; e.3) reajustamento: de acordo com índice definido em lei; (...)." (realces acrescidos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



estabelecidas pelo art. 3º da EC nº 47/05, a qual deixou de estabelecer a opção pelo benefício em tela caso o servidor não utilize o direito à aposentadoria. Mas já tramita no Congresso a PEC 418/09, de autoria parlamentar, visando-lhes garantir tratamento isonômico com os demais servidores elegíveis ao abono.

19. Desse modo, concluindo, são dignas de acolhimento as sugestões finais ofertadas pelo nobre Diretor da 3ª DT, às fls. 385/386, endossadas pela ilustre titular da 4ª ICE, pois, objetivamente, as alegações recursais não logram infirmar os fundamentos da deliberação guerreada, tampouco demonstram que o novel entendimento lançado pela AGU, adotado como fato novo com eficácia sobre tais fundamentos, tenha força normativa e vinculante no trato de questões afetas aos policiais civis distritais.

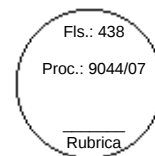
20. De qualquer sorte, lembra o Ministério Público deliberação há muito adotada pelo Tribunal (Decisão nº 2.581/2005), no sentido de que aos policiais civis distritais aplica-se a legislação federal e, por consequência, os critérios interpretativos adotados naquela esfera de Governo. Em face da própria jurisprudência, portanto, poderia a Corte dispor, in casu, que a orientação atual e uniformemente esposada pelos órgãos federais competentes⁴ (Controladoria Geral da União, Advocacia Geral da União e Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), espelhada na Nota AGU/JD-02/2008 e no expediente cuja cópia encontra-se acostada às fls. 387/391, revela-se a mais adequada ao caso em análise.

21. Para encerrar, poder-se-ia conceber o sobrestamento da apreciação dos autos, ante o fato de o SINDEPO/DF haver impetrado o Mandado de

⁴ No mesmo sentido, acórdãos dos Tribunais Regionais Federais das 4ª e 5ª Regiões, citados à fl. 396.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Segurança nº 2009.01.1.168005-5, com o mesmo objeto do recurso em apreço. No entanto, haja vista que nessa ação foi indeferida a tutela antecipada postulada, estando ainda inconclusa em relação ao mérito, entende-se, como a Inspetoria, em face do princípio da independência das instâncias⁵, que possa este feito manter seu curso regular.

22. Ante o exposto, ratificando a conclusão encerrada no pronunciamento transcrito no § 6º deste parecer, robustecida pelos argumentos e fatos ora declinados, opina o Ministério Público, em harmonia com as conclusões esposadas pela unidade técnica de apoio, por que o E. Plenário negue provimento ao recurso de revisão interposto pelo SINDEPO/DF, mantendo-se, pois, os termos da Decisão nº 2.257/2008.”

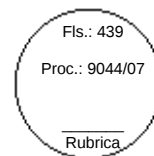
É o relatório.

VOTO

⁵ Suscitado pela instrução com base nos seguintes precedentes próximos: Decisões nºs 7.171/2009 (Proc. nº 9040/2008), 7.451/2009 (Proc. nº 1889/2003) e 2.428/2008 (Proc. 16000/2007).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Preliminarmente cumpre reproduzir os termos da deliberação recorrida, qual seja a Decisão nº 2.257/2008:

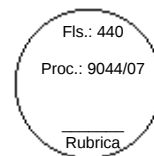
"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 698/07, 1.051/07 e 246/08, todos da Polícia Civil do Distrito Federal, e dos demais documentos acostados aos autos (fs. 68 a 109 e anexos I e II);

II - informar à Polícia Civil do Distrito Federal que: a) os policiais civis do Distrito Federal que tenham cumprido: a.1) até 30/12/2003, inclusive, os requisitos para a aposentadoria com base no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, fazem jus ao abono de permanência previsto no § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, desde que optem por permanecer em atividade, até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal; a.2) na vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003, as exigências para a aposentadoria especial de que trata o art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, não fazem jus ao abono de permanência a que se referem os § 19 do art. 40 da Constituição Federal, § 5º do art. 2º e § 1º do art. 3º daquela Emenda; ressalvado o direito de opção pela aposentadoria com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal ou no art. 2º da aludida Emenda, desde que preenchidos os requisitos exigidos por estes dispositivos; b) a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal para o exame das contas da Polícia Civil do Distrito Federal consta definida na Decisão nº 5002/2005 (Processo TC-nº 437/2003), ratificada pela de nº 3693/2007 (Processo TC-nº 424/2006);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



III - determinar ao referido órgão jurisdicionado que: a) torne sem efeito, de imediato, as concessões de abono de permanência efetivadas em desacordo com o disposto no item precedente, procedendo à suspensão do respectivo pagamento; b) no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça, para fins de comprovação do direito do servidor ao abono de permanência e adoção das medidas cabíveis, o período de 21 anos (de 1985 a 2006) lançado no campo "LICENÇAS" no demonstrativo do tempo de serviço do servidor FÁBIO CORTEZ, encaminhado ao TCDF atendendo à Nota de Inspeção nº 01, uma vez que daquele período, 14 anos foram considerados para fins de aposentadoria, devendo ser indicado, inclusive, o fundamento legal que amparou o citado afastamento;

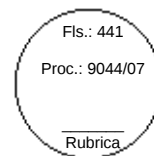
IV - recomendar ao Diretor-Geral do citado órgão que: a) observe o disposto no Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF, no caso de exame da dispensa da restituição dos valores pagos indevidamente, a título de abono de permanência; b) atente para o disposto no art. 101 da Lei nº 8.112/90, segundo o qual a apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

V - autorizar a remessa de cópia do relatório/voto da Relatora à Polícia Civil do Distrito Federal, para subsidiar o cumprimento das medidas indicadas nos itens anteriores."

Em Sessão realizada em 16 de março do corrente ano, acolhendo voto proferido pelo Ministro José Múcio Monteiro nos autos do Processo nº 013.904/2008-1, o Tribunal de Contas da União assentou o seguinte entendimento a respeito do assunto em pauta, manifestação que adoto como fundamento de decidir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



"Trata-se de recurso de reconsideração interposto pela União, representada pela Advocacia-Geral da União (AGU), contra os itens 1.5.1, 1.5.1.1, 1.5.1.2, 1.5.1.3 e 1.5.1.4 do Acórdão nº 999/2009-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal, nos autos da tomada de contas anual da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/CE, relativa ao exercício de 2007, fez a seguinte determinação:

"1.5.1. à 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal que:

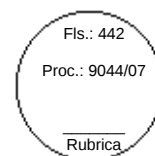
1.5.1.1. reveja, observando o entendimento da AGU constante na Nota nº AGU/MS 06/2007, de 31/01/2007, a concessão do abono de permanência aos policiais Rodoviários Federais, inclusive para aqueles que completaram, até a data da EC nº 41/2003, os requisitos previstos na LC nº 51/1985, e que optaram por permanecer na ativa, devendo, ainda, ser efetuada a reposição dos valores percebidos após a citada Nota da AGU, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990 e suas alterações;

1.5.1.2. com relação aos servidores de matrículas SIAPE nºs 163.034, 163.070, 163.072, 162.937 e 162.950, reiterar a determinação para que adote providências, no sentido de que o abono de permanência dos servidores, amparados no processo judicial nº 2006.05.00.053286-5 - Agravo de Instrumento, caso não haja decisão contrária, seja efetuado em rubrica judicial, bem como cadastrar, no SICAJ, o referido processo;

1.5.1.3. relativamente ao servidor de matrícula nº 162.986, o qual não se encontra amparado em decisão judicial, nem preenche os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, considerando o entendimento da AGU constante na Nota nº AGU/MS 06/2007, de 31/01/2007, reveja o restabelecimento do pagamento do Abono de Permanência;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



1.5.1.4. adote as providências pertinentes para o ressarcimento dos valores pagos aos servidores de matrículas 162.986 e 168.875 a título de Abono de Permanência relativos aos períodos não compreendidos pelo entendimento exarado na Nota da AGU nº 323/2006, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990;"

2. O exame preliminar de admissibilidade feito pela Secretaria de Recursos - Serur (fls. 20/21, Anexo 1), ratificado pelo então Relator do recurso (fl. 23, Anexo 1), admitiu a peça como recurso de reconsideração, suspendendo-se os efeitos dos mencionados itens do Acórdão contestado, com base nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal.

3. Ao analisar o mérito do recurso, a Serur pronunciou-se pelo seu provimento, de modo a tornar insubsistentes os itens recorridos do Acórdão nº 999/2009-1ª Câmara, conforme a instrução de fls. 60/66 do Anexo 1, transcrita a seguir, no essencial:

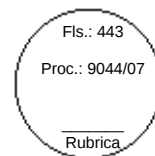
"(...)

Argumento

4. A União, por intermédio da AGU, argumenta em suas razões recursais que o Tribunal, ao fundamentar decisão contrária ao pagamento de abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal aos policiais rodoviários federais cuja aposentadoria é regida pela Lei Complementar nº 51/1985, respaldou-se em entendimento contrário ao pagamento contido na Nota nº AGU/MS 06/2007, de 31.01.2007.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



5. Ressalta que tal posição estaria ultrapassada, pois na Nota nº AGU/JD-2-2008, aprovada pelo Despacho do Consultor-Geral da União nº 361/2008, o entendimento foi revisto, tendo a AGU passado a manifestar-se pela possibilidade do pagamento do abono de permanência.

6. Nessa nota, concluiu-se que o policial, mesmo tendo atingido o requisito da aposentadoria voluntária, poderia permanecer na ativa e se aposentar compulsoriamente, pois se a possibilidade consta na lei e o texto constitucional prevê o pagamento de abono de permanência a quem faça essa opção, não existiria razão constitucionalmente legítima a afastar o tratamento isonômico aos servidores policiais.

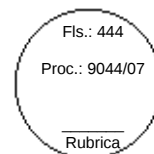
7. Argumentou-se que o fato de o § 19 do art. 40 da CF fazer menção expressa aos dispositivos constitucionais referentes à norma que trata dos requisitos para aposentadoria voluntária não afastaria o reconhecimento desses direitos aos policiais, se analisado sob uma perspectiva sistêmica e isonômica. A finalidade seria incentivar servidores qualificados, que possuísem condições de saúde, a permanecer no serviço público, o que acarretaria, ainda, redução com os gastos de seguridade social do servidor, que seriam inferiores em relação à situação em que se pagaria, além da aposentadoria do servidor inativo, a remuneração daquele que viesse a ser contratado em seu lugar.

Análise

8. Preliminarmente, cabe mencionar que a posição do TCU acerca da aplicabilidade da LC



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



nº 51/1985 gerou inúmeras decisões, nem sempre convergentes. O agravamento das contradições, com suas graves consequências, levou a Serur a suscitar, nos autos do TC 010.598/2006-6, no âmbito do Pedido de Reexame interposto contra o Acórdão nº 2.178/2006-TCU-2ª Câmara, incidente de uniformização de jurisprudência.

9. Ao apreciar o incidente, o Tribunal proferiu o **Acórdão nº 379/2009-TCU-Plenário**, no qual concluiu que a Lei Complementar nº 51/85 não apresenta nenhuma incompatibilidade ou conflito em relação à Constituição Federal, tendo sido por ela recepcionada:

"(...)

SUMÁRIO

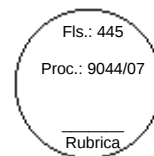
PESSOAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR 51/1985. APOSENTADORIA ESPECIAL DE POLICIAL FEDERAL AOS 30 ANOS DE SERVIÇO E COM O EXERCÍCIO MÍNIMO DE 20 ANOS EM CARGO DE NATUREZA ESTRITAMENTE POLICIAL. NORMA RECEPCIONADA PELA EC Nº 20/1998. 1. A Lei Complementar 51/85 não apresenta nenhuma incompatibilidade ou conflito em relação à Constituição e suas respectivas emendas, essa norma foi por ela recepcionada e persiste no mundo jurídico. 2. Em homenagem ao princípio da continuidade da ordem jurídica, até que venha nova regulamentação sobre a matéria, persiste a aposentadoria especial prevista na LC 51/85, vez que as normas editadas sob a égide da Constituição anterior permanecem válidas e eficazes.

(...)

ACÓRDÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



(...)

9.1. *firmar o entendimento no sentido de que a Lei Complementar 51, de 1985, foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, e pelas Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, continuando, por conseguinte, válida e eficaz, enquanto não for abrogada, derogada ou modificada por nova lei complementar federal, subsistindo, portanto, a regra de previsão de aposentadoria especial de que trata a referida lei complementar;*

(...)" (grifamos)

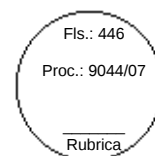
10. *Passa-se, em seguida, à verificação da possibilidade de percepção do abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da CF aos policiais rodoviários federais, cuja aposentadoria é regida por essa lei.*

11. *Se o servidor de que trata o caput do art. 40 da CF completar os requisitos da aposentadoria voluntária previstos no inciso III do § 1º do referido artigo, quais sejam, sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher, e optar por permanecer em atividade, fará jus ao abono de permanência estatuído no § 19 do artigo 40, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, até completar as exigências para aposentadoria compulsória.*

"§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)"

12. Uma interpretação literal e estrita do referido artigo leva à conclusão de que somente os servidores que atendem às condições previstas no § 1º, III, a, do art. 40 da CF fariam jus ao benefício, tendo em vista a remissão expressa do texto constitucional a esse dispositivo. Entretanto, mesmo considerando a suposta precisão do texto constitucional, os critérios diferenciados para concessão de aposentadoria especial para servidores submetidos ao mesmo regime de previdência relacionados no § 4º do art. 40, em princípio, lançam dúvidas acerca da amplitude do rol de beneficiários.

"§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

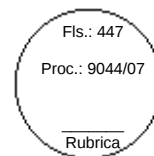
...

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

...

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I - portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II - que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

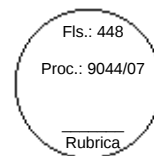
III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)"

13. A fim de interpretar o pagamento do abono de permanência a policiais rodoviários federais beneficiados com aposentadoria especial, de forma a revelar ou afastar a sua conformidade com as nuances constitucionais, recorre-se ao método que a doutrina denomina de jurídico ou hermenêutico-clássico.

14. Segundo Gilmar Ferreira Mendes, esse método considera que "a despeito da posição que ocupa na estrutura do ordenamento jurídico, a que serve de fundamento e fator de integração, a Constituição é uma lei e, por isso, há de ser interpretada segundo as regras tradicionais da hermenêutica, articulando-se e complementando-se, para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



revelar o seu sentido, os mesmos elementos - genético, filológico, lógico, histórico e teleológico - que são levados em conta na interpretação das leis, em geral" (Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva, 2007. p. 93).

15. O doutrinador acrescenta que "trata-se de uma concepção hermenêutica baseada na idéia de verdade como conformidade ou, se quisermos, na crença metafísico-jurídica de que toda norma possui um sentido em si, seja aquele que o legislador pretendeu atribuir-lhe (*mens legislatoris*), seja o que, afinal e à sua revelia, acabou emergindo do texto (*mens legis*). Por isso, a tarefa do intérprete, enquanto aplicador do direito, resumir-se-ia em descobrir o verdadeiro significado das normas e guiar-se por ele na sua aplicação" (p. 94, grifos).

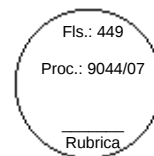
16. Além de observar a finalidade para a qual foi exarado, a interpretação do dispositivo constitucional deve harmonizar-se com os valores do sistema no qual está inserido, não podendo ser visto de maneira isolada, mas considerado como parte de um todo unitário e coeso.

17. À guisa de esclarecimento, recorre-se à lição de André L. Borges Netto, em seu artigo "A Razoabilidade Constitucional (o princípio do devido processo legal substantivo aplicado a casos concretos)":

"Realmente, na perquirição do significado ou conteúdo de qualquer texto normativo, e especialmente quando o texto é a Constituição, o intérprete, ao invés de atentar unicamente para regras isoladas, deverá voltar os olhos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



para o sistema constitucional, compreendido como um todo uno, harmônico e coerente. Com noção dessa natureza, nosso empenho deverá ser no sentido de fazer com que as normas constitucionais se ajustem umas às outras, fazendo com que eventuais antinomias sejam meramente aparentes, solucionáveis pelos critérios interpretativos existentes.

Sobre a interpretação sistemática, veja-se o que escreveu Luís Roberto Barroso:

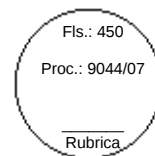
"O método sistemático disputa com o teleológico a primazia no processo interpretativo. O direito objetivo não é um aglomerado aleatório de disposições legais, mas um organismo jurídico, um sistema de preceitos coordenados ou subordinados, que convivem harmonicamente. A interpretação sistemática é fruto da idéia de unidade do ordenamento jurídico. Através dela, o intérprete situa o dispositivo a ser interpretado dentro do contexto normativo geral e particular, estabelecendo as conexões internas que enlaçam as instituições e as normas jurídicas. Em bela passagem, registrou Capograssi que a interpretação não é senão a afirmação do todo, da unidade diante da particularidade e da fragmentaridade dos comandos singulares".

...

Ao adotarmos tal premissa metodológica - decorrente da estrita observância do método da interpretação sistemática, tal como posto pela melhor doutrina -, acreditamos operar no sentido da concretização do princípio da unidade da Constituição, que na pena do constitucionalista português Gomes Canotilho é considerado como princípio interpretativo, quando com ele se quer significar que o direito constitucional deve ser interpretado de forma a evitar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



contradições (antinomias, antagonismos) entre as suas normas, princípio este que acaba por obrigar o intérprete a considerar a Constituição na sua globalidade e a procurar harmonizar os espaços de tensão existentes entre as normas constitucionais a concretizar." (Revista Jurídica Virtual, vol.2, nº12, maio/2000, disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/revista/Rev_12/razoab_const.htm, Acesso em 18.05.09)

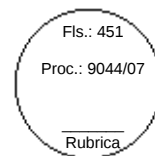
18. *É nesse contexto teleológico e sistêmico que se deve enxergar o pagamento do benefício aos casos de policiais beneficiados com aposentadoria especial.*

19. *Ora, o constituinte derivado, ao instituir o abono de permanência na EC nº 41/2003, objetivou incentivar o servidor que já teria direito a se aposentar voluntariamente a permanecer em atividade, oferecendo-lhe o benefício a título de compensação. Almejaram-se as finalidades precípuas de desonerar a seguridade social, evitar a dupla despesa de pagar proventos ao servidor aposentado e remuneração ao eventual substituto, bem como manter ativo um servidor público experiente, evitando, também, as despesas decorrentes do preenchimento de cargos públicos vagos, através de novo concurso público, como consta do parecer do relator da PEC nº 67, de 2003, que resultou na EC nº 41/2003, a qual acrescentou o § 19 ao art. 40 da CF:*

"Para o servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária com 35 e 30 anos de tempo de contribuição e 60 e 55 anos de idade, ou 53 e 48 anos, na regra de transição para a aposentadoria integral, respectivamente para homens e mulheres,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

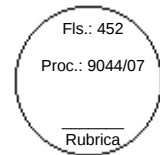


e opte por permanecer em atividade, é proposta a instituição de um abono de permanência em serviço equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até aposentar-se voluntariamente ou completar as exigências para a aposentadoria compulsória. Faculta-se, assim, ao servidor continuar a exercer a mesma atividade, outorgando-se-lhe uma vantagem salarial, como forma de incentivá-lo a permanecer no cargo. É dupla a vantagem: para o servidor, em face do ganho salarial; para a administração pública, por não necessitar contratar um novo servidor e poder postergar as despesas com o pagamento dos correspondentes proventos. Note-se que a criação de um abono, ao invés da isenção, dado que é proibido considerar períodos para os quais não tenha sido vertida contribuição ao RPPS (art. 40, § 10, CF), permite que os tempos de contribuição do servidor, depois de adquirido o direito à aposentadoria voluntária, sejam computados para fins de cálculo do benefício.(grifos)"

20. Além de o pagamento do abono aos policiais rodoviários assegurar a finalidade do dispositivo constitucional e a proteção do interesse público que levou à constitucionalização do benefício, sua percepção observa os princípios constitucionais da razoabilidade/proporcionalidade e da moralidade, uma vez que não seria razoável, muito menos justo, que policiais, tendo direito à aposentadoria voluntária especial, ao optarem por continuar trabalhando até a aposentadoria compulsória, deixem de receber o abono de permanência, enquanto servidores públicos submetidos ao mesmo regime de previdência, porém não sujeitos à aposentadoria especial, quando permanecerem na ativa, fazem jus ao benefício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



21. Adotar tal posição acrescentaria incompreensível incoerência ao regime de previdência do servidor público, sistema de direito fundamental no qual o abono se insere, pois equivaleria a permitir que a Constituição regulasse de maneira distinta situações de cerne idênticos, a saber, servidores públicos, submetidos ao mesmo regime de previdência, que atingiram as condições estabelecidas para requererem aposentadoria voluntária e que poderiam, caso desejassem, permanecer trabalhando até preencherem as exigências para aposentadoria compulsória.

22. Os critérios e requisitos diferenciados para concessão de aposentadoria especial existem, não para incutir controvérsia no sistema, mas para compensar peculiaridades como, no caso, os riscos envolvidos na atividade policial. É aplicação prática do princípio da isonomia, pelo qual a igualdade perante a lei no sentido amplo não exclui a desigualdade de tratamento indispensável em face da particularidade de situações.

23. Nesse sentido, no REsp 52.276/SP o STJ considerou que "na aposentadoria com tempo reduzido, ou especial, há uma equiparação desse tempo àquele da aposentadoria normal", seguindo conclusões do extinto TFR nas AC 0116107 e AC 0113258, as quais, acredita-se, respaldaram-se também no mencionado princípio da isonomia.

24. Nessa decisão, o STJ concluiu pelo direito de segurados (não incluídos os servidores públicos civis ou militares) ao extinto abono de permanência previsto no art. 34 da Consolidação das Leis da Previdência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*Social expedida pelo Decreto nº 89.312/84,
revogado pelo Decreto nº 3.048/99.*

*"PREVIDENCIARIO - RECURSO ESPECIAL -
ABONO DE PERMANENCIA - APOSENTADORIA EM
TEMPO REDUZIDO. 1. "NA APOSENTADORIA COM
TEMPO REDUZIDO, OU ESPECIAL, HA UMA
EQUIPARAÇÃO DESSE TEMPO AQUELE DA
APOSENTADORIA NORMAL, PELO QUE DEVIDO O
ABONO DE PERMANENCIA, QUANDO O SEGURADO
PREFERE CONTINUAR NO EXERCICIO DE SUA
ATIVIDADE." 2. RECURSO NÃO CONHECIDO"
(Resp 52.276/SP, Rel. Ministro ANSELMO
SANTIAGO, SEXTA TURMA, julgado em
14.02.1995, DJ 27.03.1995 p. 7201)
(grifos)*

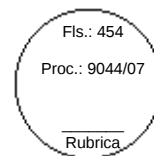
*25. A controvérsia ocorreu pelo fato de a
redação do Decreto, a exemplo do atual texto
constitucional, não contemplar com o abono os
segurados com direito à aposentadoria
especial. Sobre a mesma controvérsia e com
conclusões idênticas, que entendemos
aplicáveis ao caso concreto, relacionam-se
também as seguintes decisões do STJ: REsp
174.191/S, AgRg no Ag 175.798/SP e REsp
204.960/SP.*

*26. Finalmente, menciona-se que a Câmara dos
Deputados analisa a Proposta de Emenda à
Constituição (PEC) 137/07, que propõe nova
redação ao § 19 do art. 40 da Constituição
Federal, para estender expressamente o
direito a abono de permanência em atividade
aos servidores portadores de deficiência ou
que exerçam atividades de risco, sob o
fundamento de que, além de se instituir
tratamento isonômico, possibilitar-se-á
considerável economia para os cofres
públicos.*

Encaminhamento



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



27. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

- I. conhecer do presente recurso de reconsideração, interposto pelo Advocacia Geral da União contra no Acórdão nº 999/2009-TCU-1ª Câmara, para, no mérito, dar lhe provimento e tornar insubsistente os itens 1.5.1.1, 1.5.1.2 e 1.5.1.4 do acórdão recorrido;*
- II. dar ciência à Recorrente e ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal da deliberação que vier a ser adotada, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem."*

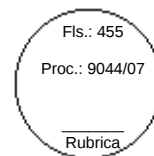
4. O diretor e o titular da Serur concordam com a proposta acima (fl. 33, Anexo 1).

5. O MP/TCU, ao manifestar-se de acordo com a proposta da Serur, salienta que "os fundamentos que respaldaram o novo entendimento da AGU contido na Nota nº AGU/JD-2/2008 e a atual posição do TCU, assentada no aludido Acórdão nº 379/2009-Plenário, levam, necessariamente, à conclusão de que os policiais rodoviários federais cuja aposentadoria é regida pela Lei Complementar nº 51/1985, que optaram por permanecer na ativa, mesmo tendo atingido os requisitos para a aposentadoria voluntária, também têm direito à percepção do abono de permanência de que trata o § 19 do artigo 40 da Constituição Federal" (fl. 34, Anexo 1).

É o relatório



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



VOTO

O presente recurso de reconsideração, interposto pela União, por intermédio da Advocacia-Geral da União (AGU), contra os itens 1.5.1, 1.5.1.1, 1.5.1.2, 1.5.1.3 e 1.5.1.4 do Acórdão nº 999/2009-TCU-1ª Câmara, deve ser conhecido, com base nos arts. 32, I, e 33 da Lei nº 8.443/92.

2. Quanto ao mérito, sou pelo seu provimento, conforme propõe a Serur, cuja análise acolho como razões de decidir.

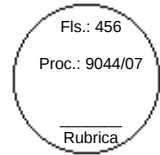
3. A AGU esclarece que o entendimento da Nota nº AGU/MS 06/2007, que serviu de base à determinação ora recorrida, contrária ao pagamento de abono de permanência de que trata o § 19 do art. 40 da Constituição Federal aos policiais rodoviários federais cuja aposentadoria é regida pela Lei Complementar nº 51/1985, foi revisto na Nota nº AGU/JD-2-2008, que se manifesta pela possibilidade do pagamento do auxílio.

4. A Nota revisora, que, frise-se, é anterior à deliberação do TCU, conclui que o policial que atinge o requisito da aposentadoria voluntária especial da LC nº 51/1985 (trinta anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial), pode permanecer na ativa recebendo o abono de permanência até aposentar-se compulsoriamente, pois, se a possibilidade consta na lei e o texto constitucional prevê o pagamento do abono a quem faça tal opção, não existiria razão constitucionalmente legítima a afastar o tratamento isonômico aos servidores policiais.

5. A Serur segue a linha da nova posição da AGU, com a qual concorda também o MP/TCU, pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



possibilidade de pagamento do abono a esses servidores.

6. Conforme bem ressaltado pela Serur, cabe preliminarmente lembrar a unificação recente do entendimento do Tribunal, no Acórdão nº 379/2009-TCU-Plenário, pela aceitação dos prazos para a aposentadoria provisória e compulsória estabelecidos na referida LC nº 51/85, que dispõe sobre o regime de aposentadoria dos funcionários policiais.

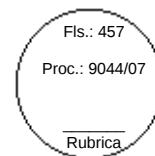
7. Cabe também observar que, ainda que a interpretação literal e estrita do § 19 do art. 40 da CF leve à conclusão de que somente os servidores que atendam às condições previstas no § 1º, III, alínea "a", do art. 40 da CF (sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher) fazem jus ao benefício, tal forma de compreensão do dispositivo leva a contradição somente superável mediante a interpretação sistemática e teleológica do texto constitucional.

8. A finalidade precípua do benefício é a desoneração do sistema de previdência do servidor público por meio do incentivo à permanência na ativa de servidores que preenchem as condições para a aposentadoria voluntária.

9. Além disso, não há justa razão para que alguns servidores públicos com direito à aposentadoria voluntária, ainda que especial, ao optarem por continuar trabalhando até a aposentadoria compulsória, deixem de receber o abono de permanência, enquanto outros, submetidos ao mesmo regime de previdência, fazem jus ao benefício caso permaneçam na ativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



10. Nesse ponto, foi bastante feliz a Serur ao trazer decisão do STJ que, recorrendo a critérios de justiça e igualdade para legitimar a aposentadoria com tempo reduzido ou especial, afirma que há nesse tipo de aposentadoria uma equiparação do tempo de serviço ao da aposentadoria normal, o que significa dizer que os requisitos para a sua concessão equivalem-se aos da última e devem, portanto, produzir os mesmos efeitos.

11. Sem dúvida, a única forma de harmonizar o § 19 do art. 40 da CF aos princípios e valores constitucionais, dentre os quais a eficiência administrativa e, sobretudo, a isonomia, é aceitar a tese de que **o que justifica o pagamento do abono de permanência aos servidores sujeitos à aposentadoria especial é o seu direito à aposentadoria voluntária, que, nesse caso, deve prevalecer à literalidade do texto do dispositivo.**

12. Assim, na forma proposta, cabe dar provimento ao recurso, declarando-se a insubsistência da determinação atacada.

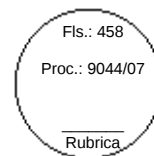
13. Ressalvo apenas que a proposta da Serur não contempla o provimento ao item 1.5.1.3 do acórdão, que determina a revisão do pagamento do abono de permanência pago ao servidor de matrícula nº 162.986, o qual não se encontra amparado em decisão judicial, nem preenche, segundo o Controle Interno, os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária.

14. De fato, **não havendo o direito à aposentadoria voluntária, não se há falar também em pagamento do abono de permanência.**

15. Veja-se, entretanto, as razões pelas quais o Controle Interno entende não preenchidos os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



requisitos para a aposentadoria voluntária do servidor (fl. 100): "... não preenche os requisitos para aposentadoria voluntária estabelecidos no § 1º, III, "a", da EC nº 41/2003, uma vez que, conforme mapa apresentado, conta, até 3/3/2008, com 33 anos de serviço".

16. Ou seja, ao contrário do afirmado pelo Controle Interno, nos termos do art. 1º, I, da LC nº 51/85, cuja aplicação foi acolhida pelo Tribunal no Acórdão nº 379/2009-TCU-Plenário, o servidor cumpriu os 30 anos de serviço requeridos para a sua aposentadoria voluntária, fazendo jus, portanto, ao abono de permanência aqui tratado, na forma do entendimento ora deliberado.

17. Cabível, portanto, o provimento do recurso também quanto ao item 1.5.1.3 do acórdão.

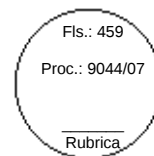
Desse modo, acolhendo no essencial a posição da Serur, com a qual concorda o MP/TCU, voto por que o Tribunal adote o acórdão que ora submeto a esta 1ª Câmara."

Na sequência a Corte de Contas federal proferiu o Acórdão nº **1.343/2010 – 1ª Câmara**, atribuindo-lhe o seguinte teor:

"VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pela União, representada pela Advocacia-Geral da União (AGU), contra a determinação do subitem 1.5.1 - e respectivos subitens - do Acórdão nº 999/2009-TCU-1ª Câmara, proferido nos autos da tomada de contas anual da 16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/CE, relativa ao exercício de 2007.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

*9.1. conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, **para declarar insubsistente o item 1.5.1 - e respectivos subitens - do Acórdão nº 999/2009-TCU-1ª Câmara;***

9.2. dar ciência da presente deliberação à recorrente e ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal no Ceará, encaminhando-lhes cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam."

O Poder Judiciário vem adotando idêntico posicionamento, a teor das seguintes decisões:

"Processo - AC - Apelação Cível - 465106

Relator(a): Desembargador Federal Francisco Cavalcanti

Sigla do órgão TRF5

Órgão julgador Primeira Turma

Fonte DJ - Data::31/07/2009 - Página::129 - Nº::145

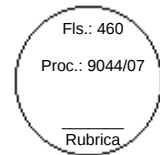
Decisão

UNÂNIME

Ementa



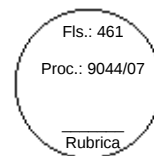
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. NÃO CONHECIDO. **ABONO DE PERMANÊNCIA**. ART. 40, PARÁGRAFO 19 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **POLICIAL** FEDERAL. **APOSENTADORIA ESPECIAL**. LEI COMPLEMENTAR Nº 51/85. RECEPÇÃO. PRECEDENTE DO STF. NOTA AGU Nº 2/2008. 1. Agravo retido não conhecido, tendo em vista que o agravante não requereu a sua apreciação pelo Tribunal, nos termos do art. 523, parágrafo 1º, do CPC. 2. Cinge-se a questão em verificar se o autor, **policial** federal, por preencher os requisitos necessários à **aposentadoria voluntária, com proventos integrais**, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 51/85, faz jus ao **abono de permanência**. 3. Conforme disposto no parágrafo 19 do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003, "o servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para **aposentadoria** voluntária estabelecidas no parágrafo 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para **aposentadoria** compulsória contidas no parágrafo 1º, IV. 4. O Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, 170.5 autos da ADI 3817, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, entendeu que "o art. 1º da Lei Complementar Federal n. 51/1985 que dispõe que o **policial** será aposentado voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente **policial** foi recepcionado pela Constituição da República de 1988" (julgado em 13/11/2008. DJ 03-04-2009, p. 9). 5. Tendo sido a referida norma recepcionada pela Constituição Federal, é de se reconhecer o direito do autor ao **abono de permanência**, tendo em vista que já completou os requisitos que autorizariam a concessão da **aposentadoria voluntária prevista na LC nº 51/85**, e por **inexistir no texto constitucional qualquer proibição à concessão do referido abono aos beneficiários de aposentadoria especial**. 6. Conforme entendimento exposto na Nota AGU nº 2/2008, integralmente acolhida pelo Consultor-Geral da União. os servidores que exercem atividade **policial** fazem jus ao **abono de permanência**, uma vez que "aos abrangidos pela Lei Complementar nº 51 de 1985 aplicam-se todas as regras gerais de aposentadoria estabelecidas no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*art. 40 da Constituição, naquilo que não colidirem com as regras **especiais** postas. Isso porque não haveria justificativa para o tratamento diferenciado em hipóteses que são rigorosamente iguais". 7. Apelação provida. Agravo retido não conhecido.*

Data da Decisão

30/04/2009

Data da Publicação

31/07/2009"

"Processo - AC - Apelação Cível - 441145

Relator(a) Desembargador Federal Francisco Cavalcanti

Sigla do órgão TRF5

Órgão julgador Primeira Turma

Fonte DJ - Data::10/07/2009 - Página::455 - Nº::130

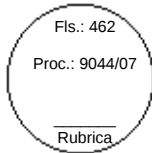
Decisão

UNÂNIME

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO RETIDO. IMPROVIDO. **ABONO DE PERMANÊNCIA**. ART. 40, PARÁGRAFO 19 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **POLICIAL FEDERAL. APOSENTADORIA ESPECIAL**. LEI COMPLEMENTAR Nº 51/85. RECEPÇÃO. PRECEDENTE DO STF. NOTA AGU Nº 2/2008. JUROS DE MORA. 1. "A decisão do Supremo Tribunal Federal proferida na ADC nº 4/DF não alcança matéria de ordem previdenciária, em sentido amplo, a abarcar pensões e proventos de servidor público, restando possível a concessão de liminar e antecipação de tutela" (TRF5, Primeira



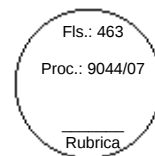
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Turma, AGTR 85051/01-CE, Relator Desembargador Federal José Maria Lucena, j. 17 abr. 2008, unânime, DJ 29 maio 2008, p. 402). 2. Cinge-se a questão em verificar se o autor, **policia**l federal, por preencher os requisitos necessários à **aposentadoria** voluntária, com proventos integrais, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 51/85, faz jus ao **abono de permanência**. 3. Conforme disposto no parágrafo 19 do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2004, "o servidor de que trata este Migo que tenha completado as exigências para **aposentadoria** voluntária estabelecidas no parágrafo 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um **abono de permanência** equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para **aposentadoria** compulsória contidas no parágrafo 1º, II". 4. O Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 3817, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia, entendeu que "o art. 1º da Lei Complementar Federal n. 51/1985 que dispõe que o **policia**l será aposentado voluntariamente, com proventos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte pelo menos 20 anos de exercício em cargo de natureza estritamente **policia**l foi recepcionado pela Constituição da República de 1986" (julgado em 13111/2008, DJ 03-04-2009, p. 9). 5 Tendo sido a referida norma recepcionada pela Constituição Federal é de se reconhecer o direito do autor ao **abono de permanência**, tendo em vista que já completou os requisitos que autorizariam a concessão da **aposentadoria voluntária prevista na LC nº 51185**, e por **inexistir no texto constitucional qualquer proibição à concessão do referido abono aos beneficiários de aposentadoria especial**. 6. Conforme entendimento exposto na Nota AGU nº 2/2008, integralmente acolhida pelo Consultor-Geral da União, os servidores que exercem atividade policial fazem jus ao **abono de permanência**, uma vez que 'aos abrangidos pela Lei Complementar nº 51 de 1985 aplicam-se todas as regras gerais de **aposentadoria** estabelecidas no art. 40 da Constituição, naquilo que não colidirem com as regras **especiais** postas. Isso porque não haveria justificativa para o tratamento diferenciado em hipóteses que são rigorosamente iguais". 7. Reformada a sentença apenas para reduzir os juros de mora para 6% (seis por cento)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



ao ano, a partir da citação, conforme art. 1º-F da Lei nº 9.494/97. 8. Apelação e remessa oficial parcialmente providas. Agravo retido improvido. APELAÇÃO CÍVEL Nº 441145 RN (2007.84.00.000783-0)

Data da Decisão

30/04/2009

Data da Publicação

10/07/2009""

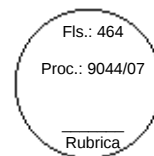
Pois bem, no Voto de Vista que lancei às fls. 151/176, asseverei:

"1 - O abono de permanência foi instituído como forma de estímulo para adiar a aposentadoria de servidores que adquiriram condições para a inativação, de forma a impedir que o Estado, além dos proventos de aposentadoria, tenha despesa com a admissão de novo servidor para suprir a carência de pessoal ocasionada com a aposentação.

- ♦ *Se esse é o escopo do abono de permanência, não me parece razoável que tal estímulo não possa ser oferecido aos policiais civis que possuam tempo de serviço suficiente para aposentar-se nos termos da Lei Complementar nº 51/1985, mas que não atingiram a idade mínima prevista na alínea "a" do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal ou no artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, pois, do contrário, o servidor certamente optará pela inativação, mesmo ainda dispondo de condições para permanecer em atividade.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



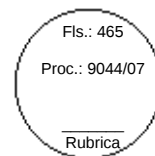
- ♦ *Caso a idade mínima seja exigida dos policiais civis, a seguinte situação esdrúxula certamente poderá acontecer: dois servidores com idades diferentes (ex. 20 e 23 anos) que ingressaram no serviço público na mesma data e que possuam condições para inativação nos termos da Lei Complementar nº 51/1985, a um deles poderá ser concedido o abono de permanência e, ao outro, de idade inferior, não, conduzindo, inexoravelmente, este último para a aposentadoria, e, conseqüentemente, obrigando o Estado a uma despesa maior para substituí-lo.*

2 - A aposentadoria dos policiais civis rege-se pela regra inserta no § 4º do artigo 40 da Constituição Federal, com as redações que lhe foram dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 47/2005, não havendo qualquer exigência quanto à idade mínima.

- ♦ *Se assim é, também não me parece em harmonia com a sistemática constitucional exigir idade mínima para o abono de permanência se para a aposentadoria especial não se faz tal exigência.*
- ♦ *Aposentadoria e abono de permanência são institutos diferentes, todavia, este só pode ser concedido após a possibilidade de implementação daquele, e seu escopo, conforme já foi dito, nada mais é do que adiar as despesas que o Estado teria com nova admissão de servidor após determinada inativação.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- ♦ *Não é precisamente o caso, mas, por analogia, podemos concluir que, se o Tribunal adotar a tese da necessidade de idade mínima, conseqüentemente estará exigindo para o acessório (abono de permanência) requisito que não é exigido para a conquista do principal (aposentadoria especial).*

3 - *As leis e atos normativos editados pelo Poder Público possuem a presunção de constitucionalidade, razão pela qual o interprete deve esforçar-se para neles encontrar sentido que se harmonize com o texto constitucional.*

- ♦ *O constitucionalista Alexandre de Moraes⁶ nos brinda com a seguinte lição sobre o tema "Interpretação conforme a Constituição":*

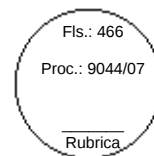
"Para que se obtenha uma interpretação conforme a Constituição, o intérprete poderá declarar a inconstitucionalidade parcial do texto impugnado, no que se denomina interpretação conforme com redução de texto, ou, ainda, conceder ou excluir da norma impugnada determinada interpretação, a fim de compatibilizá-la com o texto constitucional. Essa hipótese é denominada interpretação conforme sem redução do texto. Vislumbram-se, portanto, três hipóteses:

- *interpretação conforme com redução do texto: essa primeira hipótese ocorrerá quando for possível, em virtude da redação do texto impugnado, declarar a inconstitucionalidade de*

⁶ Moraes, Alexandre de. Direito constitucional – 11 ed. - São Paulo: atlas, 2002. pags 45/47.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



determinada expressão, possibilitando, à partir dessa exclusão de texto, uma interpretação compatível com a Constituição Federal. Assim, na Adin nº 1.127-8, o STF, liminarmente, suspendeu a eficácia da expressão **ou desacato** contido na art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB (Lei nº 8.906/94), concedendo à imunidade material dos advogados uma interpretação conforme o art. 133 da Constituição Federal;

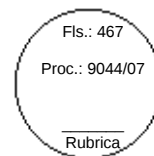
(...)"

- ♦ No caso dos policiais civis do Distrito Federal, cuja aposentadoria é regida pelo § 4º do art. 40 da Constituição Federal, a regra inserta no art. 7º da Lei nº 10.887/2004 e no inciso III do art. 4º da Lei nº 11.361/2006, exige, para que se harmonize com o texto constitucional que instituiu o abono de permanência e com os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade, que o intérprete, aplicando o método interpretativo "conforme a Constituição", não leve em conta expressões que exijam idade mínima para obtenção do referido abono.

- 4 - Leis que geram situações injustas e/ou teratológicas, como a retratada no item 1 de fl. 169, e que, inclusive, impedem que o objetivo de sua aprovação seja atingido (adiar a aposentadoria de quem possui tempo suficiente para inativar-se), podem deixar de ser aplicadas ou ser aplicadas com certas reservas, para impedir que regras e princípios mais caros sejam sacrificados,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*conforme ensina o ilustre constitucionalista
Luís Roberto Barroso²:*

"Já se referiu que a ponderação corriqueira de regras fragilizaria a própria estrutura do Estado de Direito, daí o parâmetro geral exposto acima. Por outro lado, negar de forma absoluta a possibilidade de ocorrerem situações em que regras válidas geram incidências inválidas poderá ocasionar duas ordens de problemas. Se a aplicação da regra, embora válida em tese, gera uma situação de grave injustiça no caso concreto, as opções políticas formuladas pelo constituinte de 1988 oferecem de fato amplo suporte aquele que procura uma fórmula para superar a situação de injustiça. Ao consagrar, e.g., a justiça, geral e social, como fins da República, o constituinte tornou difícil a convivência de decisões injustas dentro do sistema.

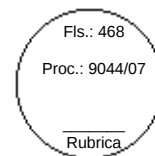
A conclusão a que se pode chegar, portanto, é a seguinte: é preciso reconhecer que há casos excepcionais, situações de ruptura, em que a aplicação da regra cria uma grave incompatibilidade com o sistema constitucional e, por isso, se admitirá a ponderação dos bens ou interesse que ela tutela de modo até mesmo a permitir sua não aplicação em um caso concreto (...)"

- ♦ *Não tenho dúvida que a interpretação literal dos textos insertos no artigo 7º da Lei nº 10.887/2004 e no inciso II do artigo 4º da Lei nº 11.361/2006, com a conseqüente exigência de idade mínima para a percepção do abono de permanência,*

²Barroso, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional: ponderações, direitos fundamentais e relações privadas – 2ª ed. Revista e atualizada – Rio de Janeiro: Renovar, 2006. pag. 92



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



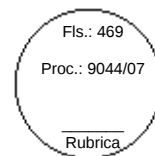
referentemente aos policiais civis que reuniram ou reunirem tempo para aposentar-se após 31.12.2003, gera uma situação de profunda desarmonia com os princípios da igualdade, da razoabilidade, da economicidade e da eficiência, além de ferir de morte a própria razão de ser do abono de permanência, que é a criação de incentivo para que o servidor permaneça em atividade, mesmo após adquirir condições para a aposentação, adiando, assim, gastos com a admissão de novo servidor para suprir a carência deixada pelo inativo.

5 - O fato da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, no inciso III de seu art. 4º ter garantido aos policiais civis a percepção do abono de permanência "de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003", sendo que esses dispositivos constitucionais contêm referências apenas à aposentadoria comum, modalidade em que se exige a idade mínima para a implementação, em nada inviabiliza a tese que venho de defender, pois foi a própria Constituição Federal que assegurou aos policiais civis o direito à aposentadoria especial nos termos de lei complementar (Lei Complementar nº 51/1985).

- ♦ Assim, quando a Lei nº 11.361/2006 estabeleceu o direito a percepção do abono de permanência aos policiais civis o fez levando em conta, como não poderia deixar de ser, o § 4º do art. 40 da Constituição Federal e a respectiva lei complementar que o regulamentou.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



- ♦ *Se isso é fato e se o abono de permanência visa impedir a aposentadoria precoce de servidor, com considerável economia para o Estado, não posso deixar de concluir que a melhor interpretação é aquela que garante aos policiais civis a percepção do abono de permanência tão logo tenham conquistado os requisitos para aposentadoria voluntária nos termos do § 4º do art. 40 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 51/1985, independentemente da idade do servidor.*

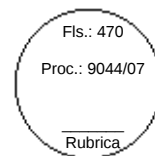
- 6 - *Interpretação que impeça que policial civil receba abono de permanência, após adquirir o direito de aposentar-se nos termos da Lei Complementar nº 51/1985, em razão de não ter a idade mínima prevista para a aposentadoria voluntária comum, fere de morte os princípios da razoabilidade (ver item 1 de fl. 169), da economicidade e da eficiência.*

- ♦ *A ofensa ao princípio da economicidade é facilmente percebida, vez que, o policial civil que não possui idade mínima mas que reúne condições para se aposentar, não terá nenhum estímulo para permanecer em atividade, obrigando o Estado a efetuar nova contratação, além de custear os respectivos proventos de aposentadoria.*

- ♦ *a eficiência também restará comprometida, haja vista que policiais civis, com vasta experiência, podem deixar o serviço público mais cedo em razão de não lhes ser permitida a percepção do abono de permanência. Além do mais, sabe-se que a formação de novo policial exige vultosos recursos, bem como que sua adaptação às árduas e perigosas atividades de polícia judiciária demandam considerável tempo, prejudicando, assim, a eficiência das*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



*atividades de segurança pública colocadas
à disposição da população.*

*Os argumentos que venho de expor, de per si
ou conjuntamente, me levam a concluir, com a devida
vênia dos que pensam em contrário, que aos
policiais civis que cumprirem os requisitos para
aposentadoria especial nos termos da Lei
Complementar nº 51/1985 é assegurado o direito da
percepção do abono de permanência,
independentemente da idade, caso optem por
permanecerem em atividade.”*

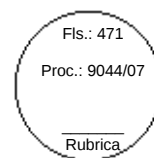
Verifico que o entendimento que manifestei nestes autos guarda inteira conformidade com aquele que deflui das decisões proferidas pelo TCU e pelo Poder Judiciário, que venho de reproduzir.

Dessarte, lamentando dissentir dos termos da instrução e do parecer ministerial, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I - reforme os itens II.a, III.a e IV.a da Decisão nº 2.257/2008 para dar provimento ao Recurso de Revisão interposto pelo Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - SINDEPO/DF;
- II - informe à Polícia Civil do Distrito Federal que os policiais civis que tenham cumprido ou venham cumprir os requisitos para aposentadoria com base no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, fazem jus ao abono de permanência, desde que optem por permanecer em atividade até a aposentadoria voluntária ou completar as exigências para a aposentadoria compulsória;
- III - dê ciência desta decisão ao recorrente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Sala das Sessões, em 06 de maio de 2010.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator